

**A. I. N°** - 206952.0015/02-7  
**AUTUADO** - GLEBA C AUTO PEÇAS LTDA.  
**AUTUANTES** - TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA  
**ORIGEM** - INFAZ CAMAÇARI  
**INTERNET** - 29.05.03

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0187-02/03**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. USUÁRIO DE PROCESSAMENTO DE DADOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS ARQUIVOS MAGNÉTICOS DAS OPERAÇÕES COMERCIAIS REALIZADAS NO PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO/2001. MULTA. Caracterizada a falta da entrega dos arquivos magnéticos. Cabível a multa de 1% sobre o montante das operações de entradas e de saídas ocorridas em cada período mensal. Infração subsistente. Não acatada as preliminares de nulidade suscitadas pela defesa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 26/02/2003, exige o pagamento da multa no valor de R\$ 5.475,28, decorrente da omissão de entrega dos arquivos magnéticos com informações das operações realizadas no período de abril a dezembro de 2001, caracterizada pela falta de apresentação dos recibos comprobatórios do SINTEGRA, exigidos pelo art. 708 (708-A) do RICMS, conforme documentos às fls. 6 a 58 dos autos.

O autuado apresenta defesa, às fls. 62 a 64 do PAF, onde preliminarmente requer a nulidade do Auto de Infração decorrente do equivocado enquadramento legal, uma vez que o art. 708 do RICMS/BA, tido como infringido, foi revogado pela Alteração 21 (Dec. n.º 7.886/00), que como letra morta não poderá ter validade legal para impor obrigação, como também em razão de que, segundo o art. 25 do RPAF, as portarias terão caráter eminentemente interpretativo, logo, a Portaria 460/2000 não tem validade jurídica para impor obrigação ao contribuinte. Cita o princípio da legalidade para a exigência de tributo. Também argüi a nulidade, nos termos do art. 18, incisos II e IV, do RPAF, por não ter a autuante intimado o contribuinte no sentido de solicitar os arquivos magnéticos e estipular prazo para entrega dos mesmos como prever o art. 708-B do RICMS/BA.

No mérito, invoca a dispensa da multa, pela aplicação do princípio da equidade, para que tenha o mesmo tratamento previsto no art. 45-A da Lei n.º 7.014/96, no qual assegura o direito de recolher o imposto com redução de 100% da multa até 20 dias após a ciência do lançamento fiscal, no que tange as infrações cometidas sem dolo fraude ou simulação. Aduz que no caso em questão não houve dolo, fraude ou simulação, nem deixou-se de recolher o imposto devido, apenas ocorreu uma falha na transmissão, via internet, dos arquivos magnéticos, o que não foi detectado pelo autuado mas sim pela autuante, a qual deveria oferecer prazo de cinco dias, previsto em lei, para que o contribuinte fornecesse ao fisco os arquivos magnéticos. Entende injusta a imposição de multa por fato que não provocou e nem acarretou prejuízo ao erário estadual.

A autuante, em sua informação fiscal, às fls. 69 a 70, inicialmente esclarece que a Alteração 21 revogou o caput do art. 708, mas acrescentou o art. 708-A, no qual define a aludida obrigatoriedade. Aduz também que à fl. 7 dos autos consta a ciência do contribuinte da Intimação Fiscal, datada de 13/02/03, para apresentar os livros e documentos fiscais, inclusive os “Recibos do Sintegra”. Ressalta que no Termo de Arrecadação dos documentos, datado de 17/02/03, foi consignado que o contribuinte

deixou de entregar além de outros documentos também os referidos recibos. Registra que entre o início da ação fiscal e a devolução dos livros e documentos, ocorrida em 26/02/03, decorreram nove dias após a arrecadação e treze dias após a ciência do sujeito passivo, correspondente a nove dias úteis, prazo superior ao previsto no art. 708-B do RICMS/BA.

## VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir a multa no valor de R\$ 5.475,28, decorrente da falta de fornecimento dos arquivos magnéticos com informações das operações realizadas no período de abril a dezembro de 2001, caracterizada pela falta de apresentação dos recibos comprobatórios do SINTEGRA, exigidos pelo art. 708-A do RICMS.

Inicialmente, rejeito a preliminar de nulidade argüida pelo autuado, relativo ao equívoco no enquadramento legal da infração, uma vez que o lançamento preenche todas as formalidades legais previstas, não ensejando em qualquer violação ao devido processo legal e a ampla defesa do contribuinte, visto que é possível se determinar a natureza da infração, o autuado e o montante do débito tributário. Ademais, o art. 19 do RPAF, aprovado pelo Dec. n.º 7.629/99, prevê que a indicação de dispositivo regulamentar equivale à menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente, não implicando nulidade o erro da indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal, conforme ocorre através da análise do art. 708-A do RICMS, aprovado pelo Dec. n.º 6.284/97, no qual define a aludida obrigatoriedade.

Também rejeito a preliminar de nulidade relativa a não concessão de prazo para apresentação dos arquivos magnéticos, pois restou provado, à fl. 7 dos autos, que o contribuinte obteve prazo superior ao previsto na legislação, conforme pode-se observar entre o início e o encerramento da ação fiscal.

No mérito, constata-se que o próprio contribuinte reconhece o descumprimento da obrigação acessória tributária de não ter fornecido os aludidos arquivos magnéticos ao declarar que não percebeu a não transmissão dos citados arquivos e que ocorreu falha na sua transmissão via internet. Assim, ficou comprovada a irregularidade pelo não fornecimento de arquivo magnético com as informações das operações realizadas, a qual é passível da multa de 1% do valor das operações realizadas no período, conforme procedeu a autuante, em consonância com o art. 42, inciso XIII-A, alínea “g”, da Lei n.º 7.014/96, cuja penalidade independe da intenção do agente infrator, o qual teve a oportunidade de saná-la quando da realização da ação fiscal, porém, não o fez, sendo impertinente a dispensa da multa, conforme pleiteado pelo autuado.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração n.º **206952.0015/02-7**, lavrado contra **GLEBA C AUTO PEÇAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 5.475,28**, prevista no art. 42, XIII-A, “g”, da Lei n.º 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de maio de 2003.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ CARLOS BACELAR – JULGADOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR